

Desde junho de 2012 temos promulgada a PNGATI (Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas), a Lei n. 7.747, o que representa um avanço no marco legal. Mas pouco dela tem saído do papel, sendo que os indígenas de todo o Brasil praticam, sim, gestão ambiental em suas terras, porém mais por esforço próprio de suas associações e apoio de organizações do terceiro setor. Isso porque eles têm um aguçado senso de defesa e gestão do território e seus recursos, ademais na modernidade, em que suas terras são cada vez mais delimitadas, ao contrário de seu passado nômade ou seminômade. Bem como, seus povos são extremamente coesos, comunitários e de gestão democrática, em sua maioria, o que confere êxito à gestão territorial na maioria das TIs.

Minha experiência à frente do Programa de Agentes Ambientais Voluntários (PAAV) do Ibama / Acre junto aos indígenas foi extremamente exitosa, em que envolvemos as 15 etnias do estado (e mais 4 do sudoeste do Amazonas) e praticamente todas as TIs, terminando com 172 agentes indígenas na ativa (devido ao encerramento do Programa, após o novo cenário de enxugamento do Ibama após a LC n. 140 de 2011). Os indígenas de fato praticam gestão ambiental, merecem e precisam de mais apoio de implementação da PNGATI, e no artigo completo que publiquei em 23 de agosto último (<http://racismoambiental.net.br/2014/08/gestao-ambiental-de-terras-indigenas-um-pouco-do-acre-e-os-retrocessos-das-politicas-indigena-e-ambiental-brasileiras/>), de base a esta fala na 66ª. reunião da SBPC, seguem algumas recomendações de maior atenção aos indígenas, como o consumo de produtos industrializados e a gestão de resíduos. Bem como as sempre centrais questões da valorização cultural, da segurança alimentar de base agroecológica nativa, e das práticas sustentáveis de geração de renda com produtos não-madeireiros e etnoturismo.

Na outra parte do artigo, trago muitas informações acerca dos retrocessos às políticas indígena e ambiental brasileiras, em curso e propostos, em particular pela forte articulação ruralista, hoje dominante no Congresso Nacional, e dos empreiteiros construtores das mega-hidrelétricas na Amazônia. Segundo vários analistas com os quais concordo, vivemos sob o governo federal mais anti-indígena e anti-ambiental desde a ditadura militar, que com seu PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) tem se pautado pela efetiva destruição de ecossistemas e populações tradicionais, principalmente na Amazônia, e pelo benefício direto a grupos econômicos que elegeram o governo com as doações de campanha, sem reflexões de médio e longo prazos e sem respeito à própria sociedade em seu conjunto – é um governo de minorias. Se bem que o cenário mundial também seja ruim nesses temas, o Brasil é um dos piores casos, bem como de más práticas políticas como corrupção, patrimonialismo e clientelismo.

Existe um passivo de demarcação de dois terços das terras indígenas, e a demarcação está paralisada por ordem do governo federal, a partir da Portaria n. 303 de 2012 da AGU (Advocacia Geral da União, que paralisa demarcações, manda rever as existentes e permite obras de infraestrutura nas TIs) e da Casa Civil. Há dezenas de projetos de leis anti-indígenas e anti-ambientais propostos, a maioria de autoria da bancada ruralista, dos quais destacamos: a PEC n. 215 de 2000, que pretende transferir para o Congresso Nacional a tarefa de demarcar TIs, o PLP n. 227 de 2012, que é o “vale tudo” dentro das TIs (obras, assentamentos, etc), o PLS n. 349 de 2013, que paralisa demarcações em áreas de conflito, a PEC n. 38 de 1999, de teor parecido com a PEC n. 215, a PEC n. 237 de 2013, que abre as TIs ao arrendamento do agronegócio e o PL n. 1.610 de 1996, que abre as TIs à mineração. O

parlamentar Paulo Quartiero, que junto à Kátia Abreu é um dos ruralistas mais ferrenhos anti-indígenas, chegou a propor a revogação do Dec. n. 5.051 de 2004, que homologa a importante Convenção n. 169 de 1989 da OIT, sobre a consulta prévia, livre e informada dos indígenas afetados por obras e impactos afins.

Na área ambiental, temos como exemplo o vergonhoso PL n. 3.682 de 2012, que abre as UCs à mineração, e já promulgadas, a Lei n. 12.678 de 2012 que desafetou mais de 150 mil hectares de UCs para a futura construção das hidrelétricas do Rio Tapajós e o Dec. n. 7.957 de 2013, que permite à Força Nacional acompanhar *in loco* os estudos para licenciamento ambiental das hidrelétricas. Há ainda o enfraquecimento geral de órgãos ambientais, dos federais aos municipais, sendo a LC n. 140 um perigo concreto ao abandono de proteção ao meio ambiente. A reforma agrária também está paralisada. Os órgãos que trabalham com questões indígenas, ambientais e de agricultura familiar como o Ibama, o ICMBio, a Anvisa, a Funai e o Incra estão sucateados.

Estamos, portanto, num momento bastante delicado em que é preciso fortalecer o movimento social em torno destes temas (política em geral, questão indígena e questão ambiental), bem como o terceiro setor, o Ministério Público, a educação, o ensino / pesquisa / extensão, o jornalismo consciente e a internet amplas, para reverter os retrocessos e incentivar as políticas e órgãos públicos positivos. O papel de organizações como a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e da ABA (Associação Brasileira de Antropologia) é central enquanto movimento social, e, por exemplo, elas fizeram frente à descaracterização do Código Florestal (que infelizmente restaram perdedoras, pois o novo código, bastante problemático, foi promulgado na Lei n. 12.651 de 2012). No mês passado foram publicados manifestos mundiais de mais de 800 cientistas contra os transgênicos, e de mais de 250 cientistas contra o modelo de civilização chamado por eles de “genocídio planetário” (Manifesto “Última Chamada”).

Felizmente, os movimentos sociais indígenas são muito fortes e coesos no Brasil, sendo eles o estopim, inclusive, das manifestações de rua de junho de 2013, tendo tomado o Congresso Nacional em abril do mesmo ano. Os ambientais necessitam de mais força. Recentemente, os indígenas foram à ONU e à Universidade de Coimbra, junto ao sociólogo Boaventura de Sousa Santos (que enfatizou a necessidade de fortalecimento e construção de alianças entre os movimentos sociais, pois o que os indígenas estão sofrendo é o mesmo que os extrativistas, quilombolas, ribeirinhos e agricultores familiares estão). Organizações de apoio como o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e o ISA (Instituto Socioambiental) têm sido também muito atuantes e de extrema importância.

Bem como, há sobremaneira importância da reforma política e de votarmos em bem melhores bancadas legislativas (principalmente federais). Há muito o que pressionar pela melhoria do Estado / política / governos, em seis itens: presença (seriedade, ou eficiência), desburocratização, democracia, transparência, honestidade (fim da corrupção) e reforma política.

O artigo também traz importantes citações atuais de lideranças do movimento social indígena, de analistas da área, de promotores do Ministério Público, entre outras, clareando o cenário de retrocesso, inclusive, com requintes e perseguições mórbidas de racismo indígena, presentes nas falas oficiais de parlamentares, no vergonhoso Leilão da Resistência, organizado em fim de 2013 por ruralistas do Mato Grosso do Sul para contratar milícias privadas anti-indígenas, e em campanhas orquestradas em municípios inteiros, como Humaitá, no AM, em emboscadas, prisões e assassinatos dos Tenharim, e em Jacareacanga, na

perseguição contra os Munduruku, povo que firmemente luta contra sete mega-hidrelétricas dos Rios Tapajós e Teles Pires.

O Brasil é o campeão mundial de assassinatos de lideranças indígenas (com destaque para a crise humanitária dos Guarani / Kaiowás, em Mato Grosso do Sul), de assassinatos de lideranças camponesas e ambientalistas, de consumo de agrotóxicos e o segundo maior consumidor de transgênicos, e esta realidade precisa melhorar, com urgência, pois nossos biomas estão todos ameaçados e não há mais tempo a perder num mundo ecocida.

No artigo há também um detalhamento de questões socioambientais no Acre, por exemplo dos impactos e incertezas envolvidas na futura exploração de petróleo e/ou gás, numa região de relevância ecológica extremamente alta, repleta de terras indígenas e unidades de conservação.